SOBRE A AGENDA DO DESENVOLVIMENTO

Octavio Rodríguez*

O presente artigo se baseia em categorias e esquemas analíticos, elaborados por Celso Furtado, com o objetivo de examinar o desenvolvimento, entendido este como *desenvolvimento de sistemas culturais globais*. Furtado outorga também alta prioridade a certos elementos que travam o desenvolvimento de sistemas culturais específicos, dando origem ao chamado subdesenvolvimento. Os elementos recém-mencionados e sua operatória – presentes também nas ideias de diversos autores do estruturalismo latino-americano – são considerados em quatro grandes tópicos:

- Crescimento autocentrado – que diz respeito ao âmbito tecnológico e econômico.
- Relações sociopolíticas e papel do Estado – que dizem respeito à ação de grupos e classes sociais e sua incidência recíproca com o aparelho estatal.
- Identidade cultural e desenvolvimento – concernente aos mais altos valores dos sistemas culturais e sua importância para dar curso à continuidade do desenvolvimento.
- Desenvolvimento nacional – expressado em uma *estratégia mista*, ao mesmo tempo exportadora e com aumento do mercado interno; na conformação de uma "nova aliança", agente principal de seu impulso sociopolítico; e na "reafirmação ética", impregnada pelos altos valores já mencionados.

ON THE DEVELOPMENT AGENDA

This article is based on categories and analytical frameworks drawn up by Celso Furtado aiming to examine development, understood as the *development of global cultural systems*. Furtado also confers high priority to certain elements that hamper the development of specific cultural systems, giving rise to the so-called underdevelopment. The elements mentioned and their operation – also present in the ideas of several authors of Latin American structuralism – are considered in four major topics:

- Self-centered growth – encompassing the technological and economic spheres.
- Sociopolitical relations and role of the State – which entail the actions of social groups and classes and their mutual impact on the state apparatus.
- Cultural identity and development – concerning the highest values of cultural systems and their importance for the continuity of development.
- National development – expressed in a *mixed strategy*, combining exports and an increased domestic market; in shaping a "new alliance", main agent of its socio-political drive; and in "ethical reaffirmation", imbued by the abovementioned high values.

* Ex-fucionário da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Ex-professor titular da Faculdade de Ciências Econômicas e de Administração da Universidade da República, no Uruguai.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como principal fonte o capítulo 15 do livro do mesmo autor, de data recente, intitulado: *O estruturalismo latino-americano*.[1]

Tanto este capítulo como as presentes notas seguem as ideias de Furtado sobre o desenvolvimento como fio condutor e como esquema de base, às quais vão se associando posições de diversos autores estruturalistas, oportunamente mencionados.

O conceito de desenvolvimento que Furtado adota refere-se a certa totalidade, que é o sistema global da cultura. Em outras palavras, Furtado busca teorizar sobre o desenvolvimento de sistemas culturais globais.

Destacam-se três grandes âmbitos nesses sistemas:

- A cultura material, que tem a ver com os aspectos técnicos e econômicos desses sistemas.
- O âmbito sociopolítico, que constitui um primeiro aspecto da cultura não material. Inclui as ideias e os valores relativos a este âmbito, o agir das classes e/ou dos grupos que o formam, e também o papel que o Estado desempenha nele, impulsionando iniciativas concernentes a este âmbito; iniciativas que podem ser expressões de interesses de classes e grupos, mas que também podem derivar do uso das margens de autonomia que o Estado habitualmente possui. Já se verá que uma estratégia condutora pressupõe um papel relevante do Estado e, por conseguinte, certo grau adequado de autonomia, que permita exercê-lo.
- Um segundo aspecto da cultura não material está constituído pelas ideias e pelos valores diversos dos sociopolíticos, que correspondem aos mais altos propósitos da existência humana. São valores associáveis à reflexão filosófica, à pesquisa científica, à criação artística e à meditação mística.

As ideias de Furtado se referem também ao subdesenvolvimento e, ainda mais, têm na explicação do subdesenvolvimento seu objetivo principal. Com relação a este tema, parece claro que se o desenvolvimento é o enriquecimento de qualquer sistema cultural global, o subdesenvolvimento é o oposto, vale dizer, a existência de travas que impedem esse enriquecimento, em certos sistemas culturais específicos. Em outras palavras, entende-se que há sistemas culturais que não atingem o desenvolvimento de uma identidade cultural própria.

O que é a identidade cultural? O termo não é outra coisa senão uma forma ou nomenclatura para fazer referência a um sistema cultural específico, peculiar de um

1. O capítulo mencionado se intitula *Rumo a uma renovação da agenda do desenvolvimento*. Contribuíram para esse livro Oscar Burgueño, César Failache, Adela Hounie, Lucía Pittaluga e Andrea Vigorito, da Faculdade de Ciências Econômicas e de Administração da Universidade da República, além de Gabriel Porcile, da Universidade de Curitiba.

país ou nação. Este termo ou categoria é introduzido para dizer que em países subdesenvolvidos, como são os da América Latina, o desenvolvimento de uma identidade cultural própria vê-se travado. Nisso consiste o subdesenvolvimento: a existência de travas impeditivas ao enriquecimento de uma identidade cultural própria.

Por que ocorre essa trava? Furtado a relaciona à penetração de elementos de culturas estrangeiras e entende que esta penetração compromete ou prejudica a criatividade nos diferentes âmbitos da cultura. E aqui entram as duas últimas categorias a considerar.

O que é a criatividade? O conceito fica claro se o referimos ao âmbito técnico. Pode-se identificar uma nova tecnologia como o conhecimento, por definição abstrato, das características de um novo bem ou de um novo processo produtivo. Quando o conhecimento no qual a mudança técnica consiste é aplicado na realidade, se diz que este deu lugar a uma inovação.

Pois bem, Furtado estende essa nomenclatura – a criatividade e a inovação – aos três âmbitos dos sistemas culturais, e postula que a penetração estrangeira inibe ambas nos três âmbitos.

Tudo isso ficará mais visível ou mais perceptível quando se referir aos elementos componentes de uma estratégia de desenvolvimento para países como os latino-americanos, que têm tido notórias dificuldades para impulsionar sua própria identidade.

O presente artigo inicia-se considerando o primeiro desses âmbitos, intitulado crescimento autocentrado. São feitas breves referências aos outros dois: relações sociopolíticas e papel do Estado; e identidade cultural e desenvolvimento. O trabalho culmina fazendo menção ao chamado: desenvolvimento nacional.

2 CRESCIMENTO AUTOCENTRADO

Cobre a parte tecnoeconômica, ou seja, o que Furtado denomina *cultura material*. Optou-se pela palavra crescimento, em vez de falar de desenvolvimento, por um entendimento pessoal de que o conceito de desenvolvimento envolve a consideração de relações sociais não econômicas, enquanto os aspectos que serão abordados neste tópico correspondem apenas aos de índole econômica.

A palavra autocentrado tem em sua base duas razões: a primeira é que, para ser sustentado e eficiente, o crescimento não pode dispensar um aumento continuado e significativo do mercado interno; a segunda é que tal crescimento tampouco dispensa uma presença significativa e crescente da propriedade nacional dos ativos do país periférico de que se trate. Os temas abrangidos são: *i*) ocupação; *ii*) inserção (estratégia mista); *iii*) condução macroeconômica; *iv*) cooperação e assimetrias; e *v*) considerações de conjunto.

2.1 A ocupação da força de trabalho

Nela se diferenciam emprego e subemprego. Para simplificar, é deixado de lado o desemprego aberto. O subemprego estrutural e/ou informalidade está constituído pela absorção de mão de obra em níveis de produtividade reduzidos ao extremo.

Difere do emprego porque neste prevalecem níveis de produtividade significativamente superiores. Há um primeiro subgrupo, constituído pela ocupação em atividades em que a produtividade é definida como elevada. Seus níveis podem ser os máximos plausíveis, os máximos permitidos pelas tecnologias disponíveis, ou níveis próximos a estes. Um segundo subgrupo compreende a mão de obra ocupada em níveis de produtividade intermediária, os quais, embora distantes dos de produtividade elevada, são extremamente superiores aos do subemprego. Em suma, para facilitar a análise é feita a diferença entre três camadas técnicas: a de produtividade elevada, a de produtividade intermediária e o subemprego estrutural.

Nos dias que correm, e considerando um instante de tempo, o que se percebe é que existe uma alocação ruim, enquanto muitas atividades são realizadas com produtividade menor que a potencial. Mas essa questão dos níveis adequados de produtividade tem um aspecto dinâmico de importância fundamental. As novas teorias do progresso técnico fazem prever uma tendência à disparidade tecnológica.

Para ir eliminando a alocação ruim, ou seja, para ir alcançando uma produtividade cada vez maior em mais e mais atividades, e também, para contrapor a disparidade tecnológica, é necessário desenhar e implementar políticas tecnológicas e produtivas em diversas atividades ou em distintos conjuntos de atividades selecionadas; e isto – como já foi insinuado – feito de forma tal que as ocupações ampliadas atinjam produtividade crescente.

O sucesso nessas políticas será facilitado se estas contemplam formar ou melhorar o Sistema Nacional de Inovação (SNI) que ajude a diagnosticar as possibilidades existentes em matéria de criação e/ou incorporação de tecnologia, de modo a facilitar a diagramação dos caminhos a seguir.

Voltemos a classificação tripartite anterior para oferecer um pouco mais de precisão às políticas tecnoprodutivas antes mencionadas.

Subemprego – em sua reabsorção não haverá saltos. Ela será obtida ocupando mão de obra previamente subempregada em atividades de produtividade intermediária. Uma fórmula útil para a reabsorção é a que tem sido chamada de *transformação do atraso*, em boa medida apoiada na criação de microempresas, como foi feito em vários municípios do estado de São Paulo.

Produtividade intermediária – nelas, a produtividade deverá aumentar. Não apenas pela reabsorção gradativa do subemprego, mas porque a produtividade poderá ser aumentada em muitas delas, com elevação da produtividade média, mas sem alcançar

os níveis de produtividade elevada e/ou máxima. Enquanto não forem alcançados tais níveis neste grupo, não haverá atividades competitivas, nem internamente nem de exportações. Para que possam competir no mercado interno – salvo casos como os custos muito altos de transporte – serão requeridos certos níveis de proteção, seja pela via tarifária, por subsídios ou vantagens creditícias.

Produtividade elevada – neste terceiro grupo, as atividades de produtividade máxima plausível serão por definição competitivas, tanto interna como externamente. As de produtividade elevada, mas não máxima, poderão também ser competitivas, tanto no caso já mencionado dos altos custos de transporte, como por diferenças salariais. Mas também aqui haverá casos em que a dupla competitividade externa e/ou interna requeira sejam medidas de promoção, sejam medidas de proteção. Além disso, a conquista da competitividade via estímulos não exclui nem mesmo bens de produtividade máxima. E isso porque as altas de produtividade são mais aceleradas nos centros e será preciso cuidar dos níveis de produtividade, ainda nos casos de produtividade máxima, porque este nível pode deixar de sê-lo. Por isso mesmo, será necessário incentivar o progresso técnico também neles, para que não surjam defasagens.

Viabilidade e eficiência – o aumento da produtividade do trabalho, continuamente impulsionado nas atividades que compõem os três âmbitos mencionados, caminha de mãos dadas com a incorporação de novas técnicas – ou seja, *ex-definitio* é acompanhado e suscitado por esta incorporação. Mas os aumentos dos empregos que vão sendo alcançados desse modo são por si só geradores de incrementos do mercado interno. Se olharmos bem, estes últimos incrementos podem ser percebidos como elemento integrante das *condições de viabilidade* da estratégia proposta. Ela mesma vai abrindo espaço para aumentos do mercado, necessários para realizar a produção incrementada.

Por outro lado, os aumentos da produtividade do trabalho que definem essa estratégia, moldando seu perfil essencial, podem ser vistos como relacionados ao cumprimento de *condições de eficiência*. De eficiência em um sentido dinâmico: implicam que se alcançarão incrementos do excedente econômico e, com isso, aumentos da poupança e da acumulação de capital.

2.2 Inserção (estratégia mista)

Na publicação antes mencionada, a questão da inserção internacional é tratada admitindo que há uma tendência ao déficit comercial nas economias periféricas. Agora sintetizaremos os argumentos que constam desta publicação, aceitando a mesma hipótese, isto é, aceitando que se verifica esta tendência.

No ponto anterior, falou-se de uma estratégia que contemple o desenvolvimento de distintas atividades produtivas e também as tecnologias a adotar em cada uma, mas orientando ambas as coisas – produção e técnicas –

aos problemas ocupacionais. Mais explicitamente, o que se propôs é obter a ocupação da força de trabalho em níveis crescentes de produtividade. O que implica duas coisas: conseguir que em mais e mais atividades a produção aproxime-se, e também alcance, o máximo tecnicamente plausível, com a eliminação gradativa do subemprego estrutural. Mas a estratégia proposta tem outra cara, que é a tratada neste ponto. O que se produz, e as técnicas desta produção, deverão também configurar uma *estratégia mista* – a expressão é de Ocampo (2001). Ou seja, uma estratégia que contemple o estímulo às exportações e, ao mesmo tempo, o aumento sustentado da produção para o mercado interno.

As novas teorias do progresso técnico reconhecem a existência de uma diferenciação tecnológica entre centro e periferia. Por sua vez, esta diferenciação – aliás, bastante visível – implica uma tendência ao déficit comercial da periferia. Por quê? Porque sua defasagem tecnológica reiterada implicará a dificuldade em expandir diversas atividades exportadoras de produtos tecnicamente avançados para cuja produção a periferia carece de condições e também fortes necessidades de importações.

A disparidade tecnológica e a tendência ao déficit comercial intrínseca a ela constituem a razão estrutural, de fundo, pela qual se nega a conveniência de seguir um modelo de crescimento extrovertido, ou seja, o *export-led growth*, que se propugna a partir da perspectiva neoliberal. E se postula a necessidade de um forte esforço exportador, mas acompanhado por um esforço paralelo de aumento na produção para o mercado interno.

Com um pouco mais de detalhe, a estratégia mista pode ser concebida deste modo:

- Existem conjuntos de atividades cuja produção se destina, em grande medida, ao mercado externo, muitas das quais são competitivas no ponto de partida do desenho estratégico; haverá outras, também exportadoras, nas quais se requeira adquirir condições de competitividade, com base em medidas temporárias de promoção.
- Existirão outras atividades cuja produção se destine ao mercado interno, algumas virtualmente competitivas desde o começo; e deverão ser impulsionadas outras atividades em que se possa ganhar condições de competitividade, valendo-se, para isso, de medidas de proteção, também temporárias.
- A promoção e a proteção podem ocorrer de diversas formas, como recorrendo a subsídios, tarifas, isenção de impostos ou condições de crédito especialmente favoráveis.

Convém enfatizar a palavra temporária, com a qual se adjetivaram as propostas de proteção e promoção. Um tempo atrás, um jornal publicou uma foto de Prebisch, debaixo da qual dizia: "o homem que fechou o continente, material e mentalmente". A verdade é que Prebisch propôs medidas de proteção e de promoção temporárias e decrescentes. Isso por considerar que não haveria progresso técnico continuado se não fosse imposta à produção periférica a espora da concorrência internacional.

Hoje esse argumento adquire especial valor, e isso porque o progresso técnico é muito rápido – estamos vivendo uma revolução tecnológica –, o que condiciona sua absorção na periferia. Para consegui-la, não se pode dispensar a espora da concorrência. Daí que na proposta de estratégia mista se admita a necessidade de proteção e promoção que favoreçam as exportações e a substituição. Mas que ao mesmo tempo se insista em que ambas deverão ser mínimas e decrescentes, ou melhor, mínimas e transitórias. Semelhantemente, deve-se ter em conta a necessidade da abertura dos mercados centrais.

A estratégia mista, que implica expandir as exportações e *substituir importações*, pode ser vista ou abordada como uma política tecnoprodutiva voltada a prevenir a tendência ao desequilíbrio comercial. Ou melhor, bem entendida, há de ser desenhada, e também redesenhada cada tanto, para alcançar esse objetivo. É por isso, pelo *desideratum* de obtê-lo – de evitar o desequilíbrio e dar continuidade ao crescimento –, que a estratégia mista constitui uma *condição de viabilidade* do crescimento e/ou desenvolvimento periférico.

Por outro lado, enquanto com as políticas que constituam a estratégia mista essa lacuna tecnológica vá sendo fechada, isto é, se vá alcançando condições de competitividade internacional em mais e mais atividades, seja nas exportadoras, seja naquelas voltadas principalmente para o mercado interno, estarão sendo alcançadas e ampliadas, em função disso, as *condições de eficiência* nas estruturas produtivas periféricas.

Foi visto na subseção 2.1 que as políticas ocupacionais são propostas – e na prática, diagramadas – de forma que nelas se cumpram condições de viabilidade e eficiência. O parágrafo anterior manifesta que as políticas pertencentes a uma inserção externa caracterizável como *estratégia mista* agrega condições de viabilidade e eficiência próprias desta última.

Colocado de outra maneira, globalmente considerada, a estratégia proposta consiste – em essência – em levar adiante políticas produtivas setoriais que contemplem objetivos ocupacionais e também objetivos de compatibilidade intersetorial da produção, com ênfase especial no que se deve dar entre exportações e importações. Desde ambas as óticas, e em conjunto, foi delineada de modo que nela vão sendo cumpridas condições de viabilidade e eficiência.

2.3 Condução macroeconômica

É necessário manifestar que o sucesso das estratégias de desenvolvimento, tipificadas nos pontos anteriores, não dispensam – mas pressupõem – uma condução adequada das políticas macroeconômicas habitualmente consideradas de curto prazo: políticas monetárias, cambiais e fiscais.

Essa adequação, em última instância, não significa outra coisa senão manter equilíbrios e evitar desequilíbrios nesses âmbitos, de modo que o crescimento de longo prazo, a transformação sustentada de margens de poupança elevadas em investimento real, não se veja comprometido.

Em estudos relativamente recentes, ligados à Cepal, de Ffrench-Davis (2004) e Ocampo (2001) demonstrou-se que um requisito indispensável dos equilíbrios macro é o crescimento sustentado da economia. Isto é, os estudos demonstraram que tais equilíbrios não se obtêm pela simples facilitação – não ingerência – da operação dos mercados correspondentes, mas que, para sustentar estes equilíbrios, em países como os da América Latina, é necessário manter um crescimento relativamente estável.

Mas, além dessa alteração substantiva de argumentos usuais, de fundo neoliberal, propõem outro, na verdade de real importância; é que os equilíbrios macro não dispensam um sistema bancário e/ou financeiro adequado, em circunstâncias que os das economias da América Latina não o são cabalmente.

Uma primeira insuficiência assinalada por Ocampo (2001) é a estrutura desses mercados, nos quais são escassos os âmbitos voltados a operações de longo prazo. Uma segunda são as limitações que neles apresentam os mercados secundários e/ou de derivados.

Consideradas ambas, conclui-se que os mercados financeiros periféricos possuem um tamanho reduzido e isso os torna vulneráveis às pressões especulativas externas que vêm enfrentando.

Bem pode se admitir que essa última fraqueza, sintetizadora das duas anteriores, não tem outra saída ou outra cura senão chegar à regulação dos mercados financeiros internacionais, ou se preferirem, aos movimentos de capital financeiro que têm sido postos em prática e que proliferaram com a liberalização plena daqueles mercados.

Por que isso? Segundo se acredita, do estruturalismo se infere a necessidade de regular tais mercados, em geral, e de admitir controles específicos muito cuidadosos para as economias subdesenvolvidas. E isso porque a tendência ao desequilíbrio do lado real da balança de pagamentos – da balança comercial – não é compatível (não admite) qualquer grau de propriedade estrangeira nessas economias. Esta tem duas características: por um lado, é propriedade real de ativos, ou seja, investimento estrangeiro direto (IED);

por outro lado, é propriedade ideal – níveis de dívida externa que representam uma parte "ideal" do valor total dos ativos periféricos. Os pagamentos consequentes de ambos os tipos de propriedades aprofundarão as crises latentes da balança em conta-corrente que têm em sua base a tendência ao desequilíbrio comercial.

Não se sabe cabalmente que decisões serão tomadas, mas houve uma clara rejeição a regular, quando da crise asiática. Daí que, avançar nessa regulação requeira pensá-la em termos geopolíticos. *Por exemplo*, uma postura comum da América Latina, com apoios adicionais em países subdesenvolvidos, e inclusive desenvolvidos. Se voltará a esse tema quando forem abordadas as crises financeiras e a macro crise atual.

2.4 Cooperação e assimetrias

2.4.1 Cooperação

Nos itens 2.1 e 2.2, sugere-se que, nas condições periféricas, uma estratégia de desenvolvimento adequada implica dois esforços fundamentais. Um esforço de reabsorção do subemprego e do aumento continuado da produtividade do trabalho em múltiplas atividades; e ao mesmo tempo, um esforço de aumento da produção em múltiplos setores.

Esses esforços demandam, em conjunto, altos requerimentos de investimento. E isto pelo fato de que ambos envolvem grandes mudanças estruturais – na ocupação e na produção – de amplitude e de complexidade tais que se configuram como difíceis de conseguir, sem apoio da cooperação internacional. Apoio que há de se apresentar com um aspecto duplo: o já assinalado no investimento real, complementando as necessidades internas de uma poupança elevada, e também as faltas de divisas emergentes, complementando seu volume em diversos períodos, de forma a viabilizar as importações requeridas pelo crescimento programado do produto interno bruto (PIB).

Este é um argumento já assinalado por Prebisch nos documentos fundacionais. Prebisch sugeria pautar o recurso à poupança externa ao longo do tempo, por meio de relacionamentos financeiros e comerciais ordenados – recorrer aos déficits, mas prevendo seus pagamentos –, que por isso mesmo seriam viabilizadores de um crescimento intenso do PIB, com base na expansão industrial. Em outras palavras, viabilizadores de uma mudança no padrão de desenvolvimento, que passaria a se basear em tal expansão.

Hoje há uma razão adicional que reforça a necessidade da cooperação em matéria de investimento, associada a uma revolução tecnológica em pleno curso. Esta começa nos grandes centros e é ali onde é mais rápida.

Isso implica que tendem a se manter ou a surgir fortes *gaps* tecnológicos, que é necessário atenuar e também evitar em múltiplos setores. Para alcançar esses objetivos é necessário recorrer à poupança e ao investimento externo, tratando de associá-los também à adaptação e/ou criação de tecnologia. Pode se considerar que na direção dos mesmos objetivos aponta o apoio aos SNIs, virtualmente relevante para esses fins de adaptar e/ou criar tecnologia.

Além desses *gaps* tecnológicos – com relação aos quais é preciso ter em conta que sua formação pode se apresentar como reiterada –, encontram-se presentes, e às vezes se ampliam, renovadas concentrações de subemprego estrutural. É preciso apontar que pode ser necessário transpô-las, ou ao menos atenuá-las, de modo a incrementar o mercado interno com certa intensidade, ou melhor, com uma intensidade compatível com o aumento desse mercado, requerido por setores que vão se tecnificando.

O apoio financeiro – o respaldo parcial do investimento programado na poupança externa – é um primeiro aspecto da cooperação. O segundo se refere habitualmente ao *tratamento especial e diferenciado*.

Por um lado, este tem a ver com o fomento às exportações, pela via de sua promoção, que pode tomar a forma de subsídios diretos, exonerações fiscais ou crédito privilegiado. Também tem a ver com o fomento à substituição de importações, ou melhor, à produção para o mercado interno, pela via de sua proteção, seja tarifária ou ligada a outros meios, como os recém-assinalados.

O tratamento especial e diferenciado favorece a aprendizagem e a inovação, colocando em ação atividades que, de outra maneira, não poderiam ser empreendidas. Mas é preciso enfatizar que, como já se apontava desde a época de Prebisch, o que se propõe são medidas de fomento temporárias, pois se considera imprescindível que em algum momento sobrevenha à espora da concorrência – claramente tipificado, por exemplo, no caso da Coreia.

Paralela e simultaneamente à cooperação implicada na promoção das exportações periféricas, ou mais precisamente, na aceitação destas por entidades internacionais e pelos próprios centros, pode-se pensar que estes últimos adotem esta outra forma de cooperação, que seria a abertura de suas economias.

O efeito esperado é o mesmo derivado da promoção, pois se empreenderiam atividades exportadoras virtualmente condutoras à aprendizagem e à inovação.

Pode ocorrer que a abertura dos centros traga vantagens significativas, à medida que conduza a enriquecer cadeias produtivas, favorecendo o desenvolvimento interno de determinados ramos.

Um exemplo: exportar certas partes de máquinas que exigem mercados de grandes dimensões pode ser a chave para dar vazão à sua fabricação interna e

incentivar o desenvolvimento de atividades conexas. Este exemplo sugere a possibilidade de que a aprendizagem e a inovação, envolvidas na abertura dos centros, levem a produzir novas e melhores máquinas na periferia.

Até agora se disse que a promoção das exportações periféricas e/ou a maior abertura dos centros abrem a possibilidade de produzir e vender mais bens exportados, o que anda de mãos dadas com mais aprendizagem e inovação e, por conseguinte, com o aumento ou a aceleração do progresso técnico periférico.

Há, pois, maiores ou crescentes exportações da periferia, que permitem aumentar as importações requeridas para manter um alto crescimento interno. Mas essas importações são, como é óbvio, exportações dos centros, os quais tenderão, por sua vez, a mais aprendizagem e mais inovações e, por conseguinte, a mais possibilidades de progresso técnico.

Se olharmos bem, a estratégia proposta pressupõe que a periferia regula a intensidade de suas relações internacionais, enquanto o centro há de admitir uma abertura crescente, e também em um ritmo mais elevado.

Entretanto, pode-se entender que desses comportamentos assimétricos – beneficamente assimétricos – derivariam vantagens para ambos, mais progresso técnico para os dois polos do sistema.

É que se trata de dois polos pertencentes a um único sistema. De modo que quando se dá vitalidade ao polo periférico também sobrevêm benefícios para o polo cêntrico. No conjunto do sistema haverá, pois, mais progresso técnico, e com ele, mais acumulação de capital e mais crescimento.

Prebisch gerou a ideia de uma industrialização mancomunada. Na periferia, a industrialização implicaria importar menos de alguns bens, porém mais de outros, com vantagens para os dois polos.

Agora, a expressão pode se transformar em outra parecida: progresso técnico mancomunado. São recriadas condições para que o progresso técnico aumente na periferia, esta exportará e importará mais; e estas maiores importações redundarão em ritmos de aumento do progresso técnico nos centros que, de outra maneira, não se dariam.

Olhada de outro ângulo, a expressão "progresso técnico mancomunado" alude a destravar o desenvolvimento do polo periférico, via continuados aumentos da produtividade que se associam à incorporação de progresso técnico, aproveitando a revolução tecnológica em curso. A expressão alude, também, a que isso caminha junto com maiores exportações dos centros para a periferia, o que pode significar – se supõe que significará – mais progresso técnico e mais desenvolvimento nesses centros.

2.4.2 Assimetrias

Como se tem dito, *o tratamento especial e diferenciado* da periferia, com medidas de abertura dos centros, apontam para aproveitar as oportunidades que o progresso técnico oferece, favorecendo o desenvolvimento desses dois polos. Contudo, as políticas que vêm sendo implementadas não apontam nesta direção.

Na verdade, as políticas econômicas internacionais são delineadas com base em poderes econômicos e políticos muito assimétricos, claramente voltados aos interesses dos grandes centros.

Um primeiro aspecto dessa assimetria fica particularmente visível na defesa da agricultura dos centros pela via dupla da proteção tarifária e pelos altos subsídios. Esta tem sido uma trava muito forte para as exportações periféricas em variados itens do setor.

Outro aspecto do uso desse maior poder consistiu no estabelecimento de um esquema de proteção ao aço, que chegou a estar em vigor, mas tão negativo e tão sem razão que em pouco tempo foi eliminado.

Outro âmbito no qual o poder assimétrico se manifesta refere-se à propriedade intelectual, na qual estão inscritos – entre outros – os direitos autorais, as marcas de fábrica e de comércio, as patentes e a certificação vegetal.

Em 1967, em Paris, é fundada a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi), que se empenha em favorecer, ou cuidar dos interesses de, os países em desenvolvimento; por exemplo, em seu marco, os países podiam definir a duração das patentes – não 20 anos para todos os casos, como agora –, estabelecer exceções e limitar patentes às registradas internamente.

Desde 1979, a diplomacia dos Estados Unidos se empenha em substituir a Ompi por um organismo inscrito no General Agreement on Tariffs and Trade (GATT); e conseguiu em 1994, quando este se transforma na Organização Mundial do Comércio (OMC). Foi criado, então, o Conselho dos Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual (ADPIC), relacionado ao comércio.

O novo marco definiu a obrigação de patentes em invenções, mas adquirindo valor universal. A imensa maioria acontece nos centros.

Há uma cláusula que, de alguma maneira, busca gerar salvaguardas para os países subdesenvolvidos. Esta reconhece as necessidades especiais dos membros menos adiantados de aplicar leis e regulamentos, com a flexibilidade requerida para criar uma base tecnológica sólida e viável.

É uma cláusula muito genérica, de pouca aplicação, mas que virtualmente admite apoio público aos SNIs. Há uma forte apropriação de técnicas ou dos rendimentos que esta produz. Às vezes, são abertas exceções, mas não sem

um duro conflito, como no caso do remédio contra o vírus da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS).

O mesmo marco de maior amplitude da liberalização que acompanha os tempos do tratado de Marrocos (1994), em que é estabelecida a OMC, tende a acentuar os graus de liberdade que alcançam o investimento estrangeiro direto. Aumentam as facilidades que podem acessar, não apenas em matéria de saída de dividendos, mas inclusive em grandes facilidades jurídicas: há casos em que as leis e os tribunais serão os das casas matrizes. Mas um ponto essencial é que as ETs tendem a realizar os esforços de IxD e de CxT nestas casas e/ou nos países de origem, em detrimento do progresso técnico nos países periféricos em que obtêm lucros.

Um último aspecto – o mais relevante – das assimetrias de poder e dos problemas que trazem consigo refere-se à internacionalização e à liberalização financeira, isto é, ao movimento descontrolado de recursos financeiros entre países.

No início, alguns teóricos supuseram que sobreviera a panaceia, pois a plena liberdade de mercado seria tão otimizadora como em geral se supõe na economia para os mercados de bens. E que o aumento dos recursos financeiros para investimento favoreceria o desenvolvimento em geral, e em especial nos países mais pobres e mais carentes de capital – postura fortemente negada por George Soros (2008).

A liberalização e a internacionalização financeira não trouxeram esses resultados otimistas esperados, e sim abriram espaço para sucessivas crises.

Em anos recentes, duas características se destacam em tais crises.

A primeira é sua frequência, reconhecida por Roubini (2008).

De 1994 a 2003, há um número significativo de crises nos países chamados emergentes. Elas foram: 1994 (México); 1997/1998 (Tailândia, Indonésia, Malásia e Coreia); 1998 (Rússia); 1999 (Brasil, Equador, Paquistão e Ucrânia); 2001 (Turquia e Argentina); e 2002 (República Dominicana e Uruguai).

Estas foram as 14 crises em 10 anos. Mas há, também, uma alta frequência de crises anteriores a elas, produzidas nos países avançados, quais sejam:

- Nos Estados Unidos há um *crash* bursátil em 1987.
- Também nos Estados Unidos há uma bolha no valor dos imóveis, que leva a um comprometimento do crédito em 1990-1991.
- Outra vez nos Estados Unidos há uma crise no manejo do capital de longo prazo que fica visível em 1988.

- Está a bolha tecnológica dos anos 1990 – de papéis com valores vinculados ao desenvolvimento futuro das tecnologias de informação e comunicação (TICs), que explode em 2000-2001.
- Há uma bolha imobiliária e de títulos no Japão dos anos 1980, que colapsa nos anos 1990 e que leva esse país a uma estagnação durante toda essa década.
- Produz-se uma crise bancária na Escandinávia, no início dos anos de 1990.
- Ocorre o colapso do sistema monetário europeu (1992-1993).
- E uma crise imobiliária na Alemanha, também no início dos anos de 1990, com sua reunificação.

Começando, pois, mais cedo – nos anos 1980 – no início dos anos 1990 são registradas oito crises em quatro países avançados: Estados Unidos, Japão, Alemanha e Escandinávia – contando esta última como um único país. As mencionadas anteriormente, nos países emergentes, foram em mais países e mais tardias.

Falta mencionar a última: a crise de hipotecas e créditos que começa a ser gestada em 2000 e explode em 2007-2008, levando à atual crise financeira mundial.

O segundo elemento a considerar é o vínculo dessas crises e sua frequência com a Revolução Tecnológica em curso, e com seus efeitos na instrumentação e manejo dos ativos e dos sistemas financeiros.

Às vezes, tende-se a pensar em tal Revolução Tecnológica como a causa dessas crises. Mas aqueles que acompanharam o assunto de perto sustentam que sua causa principal se encontra, na verdade, no interesse e no poder dos grandes bancos e entidades financeiras e em sua incidência nos governos correspondentes. Foram eles – na verdade, foi a operação liberalizadora em nível internacional – que estabeleceram a prática que levou às crises, difundidas pelo mundo.

Esse poder se materializa e fica patente na crise asiática. Na época, no G-7 foi proposto regulamentar os movimentos internacionais de capital e/ou o sistema que formam, mas houve oposição dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha que o impediu, e que são justamente os países em que estão radicados os principais e maiores bancos.

Mas ainda aceitando a origem fundamental mencionada anteriormente, não desaparece a ideia de que as novas técnicas, se não são a *causa última*, são – por dizer de alguma maneira – um mecanismo que permite que os componentes e a operação dos sistemas financeiros, ao se ampliar e ficarem complexos, conduzam a tendências especulativas particularmente fortes.

2.5 Visão global

As considerações anteriores permitem perceber até que ponto – até que grau extremo – a estratégia proposta constitui um modelo abstrato. Um modelo no qual os pontos-chave são a ocupação da mão de obra a uma produtividade crescente, e um padrão de inserção internacional que contemple, ao mesmo tempo, a expansão das exportações e o aumento da produção para o mercado interno. As metas recém-referidas pressupõem a diagramação setorial da ocupação, e também a que diz respeito à produção, tanto de setores exportadores como dos destinados ao mercado interno.

Ademais, trata-se de uma diagramação setorial postulada sob a premissa de que os centros crescem com continuidade, facilitando a mudança de suas relações com uma periferia que também cresce. Mostrou-se também que, sob esta condição dupla, a estratégia cumpre os requisitos de viabilidade e eficiência.

O que fazer – como repensar o tema – quando as condições de crescimento deixam de ser satisfeitas?

O que acontece é que é preciso redefinir os setores que levem a satisfazer essas condições, contemplando as mudanças ocorridas no mundo real.

Quais são as mudanças previsíveis? A geração de desemprego aberto – ou melhor, seu aumento – o qual é deixado de lado na estratégia examinada.

É evidente que não se tratará somente do *desideratum* de ir eliminando o subemprego, mas que será necessário explicitar o tratamento do desemprego, na materialização da estratégia a desenhar.

Uma segunda mudança visível é a da crise financeira globalizada. Ainda da perspectiva periférica, esse é outro problema-chave a considerar, que implica lutar pela regulação das relações financeiras internacionais. Não se sabe o que os grandes centros irão postular, ou ainda, o que tratarão de impor nessa matéria. Sarkozy propôs incluir o Brasil, Rússia, China e Índia (BRICs) na discussão. Mas parece claro que caberá aos países periféricos indicar suas próprias posturas, que podem apontar a regulações particulares para sua condição peculiar, como ser a possibilidade de acessar formas específicas e favoráveis para o financiamento em geral, ou para o de exportações e importações.

É óbvio que o sucesso que se alcance nessa matéria não pode ser pensado em termos das posturas e dos esforços de países isolados. É necessária uma geopolítica, para cuja implementação os países da América Latina contam com condições históricas que a favorecem. Por outro lado, o Brasil vai se configurando como possuidor de condições positivas para sua articulação, dado que pertence aos BRICs.

O terceiro tema a considerar é a crise hipotecária – Estados Unidos – que trouxe consigo uma crise financeira complexa e grave e uma crise produtiva que vem se tornando cada vez mais visível.

Nessa matéria existem posições opostas. Em um extremo, há aqueles que pensam ser provável que se produza uma depressão intensa e generalizada, como nos anos 1930. No outro extremo, diz-se que, sim, haverá recessões, mas que serão relativamente suaves e breves e limitadas aos grandes centros.

A proposta de uma argumentação sugere aceitar certa hipótese: a daqueles que pensam que essa menor intensidade e duração se dará – não sem diferenças –, tanto na União Europeia, como nos Estados Unidos. E que, também, sustentam que as economias emergentes – China, Índia, Sudeste Asiático e também a América Latina – verão cair seus níveis de crescimento, mas conseguirão se desacoplar, em certa medida, das economias centrais ou principais, prevenindo piores males.

Se fosse assim, poderia se pensar que a América Latina tem um primeiro âmbito para salvaguardar sua necessidade de implementar políticas setoriais favoráveis ao progresso técnico, aprofundando e ampliando a integração regional.

Talvez, esse seja o âmbito mais fácil para obter progressos. É de se imaginar que a forte necessidade de buscar soluções para as dinâmicas setoriais de exportações e importações pode ajudar a tentá-los no âmbito latino-americano, ou próximo a ele.

Os outros âmbitos de busca de soluções podem estar no aprofundamento das relações do Mercado Comum do Sul (Mercosul), ou ainda melhor, da América Latina, com a União Europeia, que têm se ampliado a novas sub-regiões, cujo papel poderá se transformar em favorável para o desenvolvimento futuro.

O terceiro âmbito a ter em conta é o das oportunidades que os países ricos e emergentes da Ásia oferecem. Considerar conexões com estes novos *partners* não implica ignorar certos pontos-chave: a continuidade da produção para o mercado interno; e a seleção de exportações para eles e de importações deles que, em conjunto com a produção mencionada, tenha em conta a busca de uma composição setorial que ajude ao progresso técnico o máximo possível, ou seja, não se trata apenas de conseguir exportar, mas de ter metas que não sejam só a disponibilidade de divisas travada pelo *fechamento* dos grandes centros e da baixa de preços. Trata-se de propor essa disponibilidade, mas contemplando, ademais, o objetivo crucial do avanço técnico, cuidado setorialmente.

É claro que um programa nessa direção não é nada fácil. E é ainda menos porque não deverá desconsiderar o futuro, não deverá deixar de ter em conta que, em algum momento, a crise dos grandes centros tenderá a se atenuar, e que isto permitirá reconsiderar as relações com eles para um esquema de produção setorial e de intercâmbio com o progresso técnico que se conquiste e que abra a porta para uma melhora, ou aumento, ou aceleração deste.

Em resumo, o modelo abstrato, a estratégia proposta, continua tendo os mesmos objetivos propostos antes da crise, que são os relacionados a superar a condição periférica: reabsorver subemprego e desemprego; produzir exportações e bens para o mercado interno; e isto diagramando produções setoriais que sejam decididas e fortemente favoráveis ao progresso técnico. O esquema abstrato é o mesmo, mas agora se terá que considerar a marcha temporária das relações com os novos ricos, e também visualizar no tempo a retomada de relações enriquecedoras com os grandes centros em crise.

O anterior é o clímax de um *finalle* "sem brio", porque não se diz onde se devem tomar medidas, nem com quem, nem em que momentos do tempo, mas que se deverá planejar tudo isso não só para que as contas fechem, mas priorizando a vitalidade do progresso técnico, que é o verdadeiramente associável à saída da "condição periférica" dos países da América Latina, no longo prazo.

Mas que permite levantar uma hipótese otimista, reconhecendo a relativa precariedade do otimismo, nesses momentos. Segundo se diz, toda crise vem acompanhada de oportunidades, e essa dialética de opostos pode ser favorável, no caso da América Latina. Isso porque se podem vislumbrar nesta área possibilidades especiais no âmbito da cultura não material, identificado como *sociopolítico* e também naquele outro âmbito *mais alto* desta, vinculado a posturas nos valores éticos. A seguir são feitas referências muito breves a estes dois temas.

3 RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS E O PAPEL DO ESTADO

Os conflitos que se estabelecem em torno da distribuição da renda constituem um claro indício de que as relações a ter em conta em uma estratégia de desenvolvimento são, ao mesmo tempo, econômicas e sociopolíticas. Porém há mais: para se configurar como viáveis e eficientes tais estratégias devem contemplar mudanças estruturais profundas: mutações na estrutura da ocupação que contemplem altas persistentes da produtividade do trabalho, em suas diferentes camadas técnicas; e também alterações na estrutura produtiva subjacente, compatíveis com padrões de reinserção internacional capazes de ir prevenindo a trava externa na periferia, e favorecendo a dinâmica do comércio mundial como um todo.

Por sua própria natureza *estrutural* – pela extrema complexidade que envolvem – essas mudanças são irrealizáveis por meio, unicamente, da operação dos mecanismos de mercado. Ligado a isso, é preciso reconhecer que a análise dos fenômenos econômicos, mesmo quando comece abstraindo outros fenômenos de índole social e política, no longo prazo há de se inserir em um marco em que sejam consideradas suas interações e condicionamentos recíprocos.

Um caminho rumo a essa perspectiva passa pela abordagem do papel do Estado, que adquire especial relevância. Essa abordagem se refere, de forma direta, ao papel que este há de desempenhar na condução econômica e, mais em geral, no desenho e na consecução de objetivos, tanto econômicos como sociais. Este aspecto-chave do papel do Estado encontra-se estreitamente ligado a outros dois: um é o das relações sociopolíticas que lhe servem de base de sustentação; o segundo é o das relações geopolíticas em que se encontra situado.[2]

Junto ao processo de globalização, tem-se produzido uma presença renovada e intensificada de capitais e interesses estrangeiros ao interior dos países da região latino-americana; e isso no sentido de que tal presença se verifica em mais ramos e setores, entre eles os financeiros, com níveis de concentração também muito maiores. Dada sua índole e magnitude, a presença aludida vem acompanhada de um reenquadramento das relações sociopolíticas, que abrange não só as que se constituem entre classes e grupos internos, mas também às relações destes com grupos e interesses estrangeiros. Mudam, por exemplo, o peso relativo e os padrões de conexão entre interesses produtivos e/ou financeiros atados aos grandes capitais transnacionalizados e aqueles cujas raízes são essencialmente territoriais.

Posto em outros termos, ao se alterar certa relação estrutural externa básica (mencionada na nota de rodapé 2), transtornam-se os fundamentos da hegemonia política preexistente. Porém, essa alteração significativa das bases do poder político é indissociável das relações geopolíticas em que este se inscreve, por meio das quais são impulsionadas mudanças nas regulações da economia mundial, implementadas com a mediação e o apoio dos organismos internacionais de maior relevância.

Os países da periferia se vêm, assim, submersos em pautas atenuadas e flexíveis de controle do investimento estrangeiro direto e dos movimentos do capital financeiro. A consequente acentuação de sua vulnerabilidade externa – notória por meio das carências reais ou potenciais de reservas de divisas – traz consigo uma redução das margens de manobra dos Estados, que acabam especialmente restritos em distintos âmbitos das políticas macroeconômicas de curto prazo.

Em síntese, juntamente com o recente processo de globalização, modificam-se significativamente as relações sociopolíticas, obscurecendo e tornando mais complexos os caminhos apropriados para sua transformação ulterior. Olhadas desde a perspectiva dos países periféricos, as mudanças concomitantes nas relações geopolíticas são claramente

2. Essa dupla perspectiva evoca o conceito mais frequente e condutor de dependência, que a define como relação estrutural externo – interna. De acordo com esse conceito, "(...) a ação dos grupos sociais, que em seu comportamento ligam de fato a esfera econômica e política (...) [se refere tanto à nação como] (...) a suas vinculações de toda ordem com o sistema político e econômico mundial. A dependência encontra assim não só expressão interna, mas também seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais: um tipo específico de relação entre classes e grupos que gera uma situação de domínio que implica estruturalmente a vinculação com o exterior" (CARDOSO; FALETTO, 1969, p. 29).

desfavoráveis, expressando uma nova correlação de forças que implica o aumento das dificuldades para pactuar uma estratégia própria de negociação internacional. Estas duas mutações se associam a uma terceira: em contraste com a reconhecida necessidade de um intervencionismo decidido, o papel do Estado vem se reformulando com base em posturas que, em maior ou menor medida, se aproximam das minimalistas, das quais derivam efeitos desfavoráveis para a condução econômica e o desenvolvimento, bem como para a melhoria das condições de forte desigualdade social.[3]

O precedente é um parágrafo de negativas. Como o verso delas, cabe esboçar certas considerações sobre os caminhos por transitar, marcados certamente por graves dificuldades. Nos dias atuais, a reformulação das estratégias de desenvolvimento deve começar pela proposta explícita de equações políticas e geopolíticas. Isto é, pela busca de acordos internos amplos e inclusivos e, ligado a isso, pela articulação de consensos entre países periféricos que atenuem sua fragilidade e favoreçam a defesa de suas posições na negociação internacional. Esses acordos e consensos constituem o substrato de uma redefinição condutora do papel do Estado, à qual, contudo, não há de ser alheio o aproveitamento da autonomia relativa do próprio Estado. Esta última se configura também como relevante para delinear os novos arcabouços jurídico-institucionais que o seu agir demanda, por sua vez relacionados à consolidação da democracia e ao aprofundamento de seus conteúdos.

4 IDENTIDADE CULTURAL E DESENVOLVIMENTO

As considerações precedentes permitem destacar certos aspectos de uma agenda do desenvolvimento que se configuram como particularmente relevantes, quando abordada desde o ângulo das estratégias requeridas para conduzi-lo. Um primeiro aspecto destacável – implícito naquelas considerações – consiste na diagramação das políticas tecnológicas, produtivas e institucionais que formam a base econômica de tais estratégias. Tais políticas deverão reconhecer e ter em conta a centralidade dos problemas ocupacionais, cuja gradual resolução abre possibilidades de acessar opções de distribuição de renda mais equitativas. Aquelas políticas deverão contemplar, ademais, os padrões de reinserção das economias periféricas, bem como a cooperação internacional adequada para apoiá-los e impulsioná-los. Também no âmbito econômico, ressalta a necessidade de considerar as assimetrias financeiras prevalentes entre centro e periferia, de modo a considerá-las no desenho de uma condução macroeconômica compatível com o desenvolvimento desta última. Por último, foi assinalado que o bom andamento dessa base econômica complexa não exclui, mas pressupõe, a definição dos requisitos sociopolíticos dos acordos

3. Entre outras visões que definem o papel do Estado com vista a impulsionar estratégias de desenvolvimento com *orientação de mercado*, cabe mencionar o documento do Banco Mundial intitulado *O Estado em um mundo em transformação* (EVANS, 1997). Em *O Estado como problema e como solução*, Evans (1996) realiza uma revisão dos enfoques recentes sobre seu papel no desenvolvimento.

internos – entre estes, os atinentes à distribuição – e dos que a reinserção internacional demanda, e ligado a isso, a do papel que o Estado há de desempenhar.

A breve síntese anterior facilita a percepção de que o desenvolvimento pressupõe um impulso sociopolítico que oriente e favoreça as transformações requeridas no âmbito econômico e que induza e consolide as mudanças necessárias no próprio âmbito sociopolítico. O presente item postula que a intencionalidade desse impulso há de se estender, também, a um terceiro âmbito, formado por aqueles elementos da cultura não material diversos dos que constituem o segundo dos âmbitos mencionados.[4]

Como se pôde ver, o cerne do desenvolvimento, globalmente considerado, consiste no reforço da identidade cultural própria e, por consequência, requer destravar a criatividade nos três âmbitos a que se acaba de aludir. No entanto, entende-se também que a dinamização da criatividade, ou se preferirem, a liberação de energias capazes de potencializá-la, possui uma fonte de grande significação no terceiro desses âmbitos. É que nele radicam ideias e valores – entre estes, valores éticos – de importância decisiva para consolidar os perfis daquela identidade e para propulsar a criatividade capaz de sustentá-la e de oferecer renovada riqueza.

Para se referir à identidade cultural, convém voltar sobre outras percepções fundamentais de Furtado, tratando de reduzir à forma mais simples sua visão do fenômeno do subdesenvolvimento, à luz das características com que este se expressa na periferia latino-americana.

Desde a segunda metade do século XIX, esta constitui um *locus* privilegiado de penetração do capitalismo. Como se indicou oportunamente, tal penetração não se limita ao âmbito material do progresso técnico e da acumulação, mas se estende aos fins do desenvolvimento, isto é, às ideias e aos valores que formam certos perfis-chave da cultura não material.

Assim, essas percepções mais gerais implicam que o desenvolvimento da periferia latino-americana pode e deve ser concebido como reiteradas instâncias de penetração cultural. Os novos elementos estrangeiros que essa penetração vai incorporando e o *mix* que produzem em cada instância com elementos preexistentes – tanto autóctones como alienígenas previamente adquiridos – são impeditivos da emergência e da expansão de uma identidade cultural própria. Em outros termos, não se geram as "conexões sistêmicas" necessárias para destravar o desenvolvimento – na acepção mais ampla do termo, isto é, a de desenvolvimento cultural global – e para abrir caminho – a uma firme correção da heterogeneidade social.

4. Aqui se adota a categorização de Furtado, considerada com anterioridade. Como se pode apreciar distingue entre cultura material e cultura não material. A primeira tem a ver com a tecnologia e a operatória econômica. A segunda diferencia o âmbito sociopolítico e as ideias que lhe são próprias e, ademais, um conjunto adicional de elementos que inclui as ideias e valores mais *altos* ou significativos, enquanto a eles se liga o próprio sentido da existência humana.

As considerações anteriores favorecem o retorno à questão do subemprego. Em itens anteriores se deu ênfase em um aspecto puramente quantitativo deste, atinente aos níveis da produtividade do trabalho que lhe são próprios. Ao enfocá-lo de uma perspectiva mais ampla, um documento recente lança nova luz sobre este tema.[5] Sustenta-se nele que as atividades que o subemprego engloba constituem, na verdade, modos de sobreviver, obtendo ou autogerando oportunidades de ocupação e remuneração e muitas vezes renovando essas oportunidades, à medida que se esgotam as previamente alcançadas. Mas, além disso, assinala que na posta em prática e na periódica renovação dessas estratégias de sobrevivência em que consiste o subemprego, são expressas grandes doses de criatividade. Assim, o documento manifesta e enfatiza que a criatividade está na base da consecução de meios materiais de vida.[6]

No entanto, esse exercício da criatividade não é desvinculável do que se produz em outros âmbitos da tarefa social. Nesse sentido, é preciso ter em mente que as atividades laborais que albergam o subemprego não se realizam em um limbo de relações puramente econômicas. Como as demais atividades laborais, elas se dão em um contexto de relações sociais complexas. Mas no caso do subemprego, essas últimas possuem características especiais: as relações que se constituem por meio do assalariamento são comparativamente escassas; por sua vez, são comparativamente amplas aquelas que se dão por meio do pertencimento a uma variada gama de instituições formal ou informalmente estruturadas: os relacionamentos de tipo familiar, a simples vizinhança, as associações comunitárias ou de bairro, as organizações desportivas ou recreativas e as igrejas e cultos.

Importa assinalar que tais pertencimentos constituem em si manifestações da cultura popular. Melhor dito, é em seu seio e por meio delas que vão se expressando e enriquecendo variados elementos desse campo específico da cultura. Como indicado algumas linhas acima, o subemprego consiste na colocação em prática de estratégias de sobrevivência apoiadas na criatividade. Mas a criatividade que se consubstancia em tais estratégias se inscreve em um exercício desta, realizado simultânea e indissociavelmente em diversas esferas da cultura não material. Pode-se entender,

5. Trata-se das anotações de aula de Lessa (1998, 1999).

6. Cabe assinalar que a reabsorção do subemprego se vê favorecida por essa criatividade, mas não depende apenas dela. Depende também da implementação de políticas voltadas à elevação da produtividade de grupos de trabalhadores, nas quais participem diversos atores próximos a esses grupos: organizações da sociedade civil, entidades públicas de distintos graus de descentralização etc. Tratando-se de políticas voltadas ao aumento da produtividade de grupos concretos de trabalhadores, podem ser denominadas *políticas de transformação do atraso*. Segundo se concebe elas se inscrevem e são parte essencial das políticas de transformação produtiva e, por isso mesmo, diferem das políticas puramente assistenciais, frequentemente presas na visão da pobreza como síndrome e concebidas para evitar sua transmissão intergeracional. Com é óbvio, o que foi dito não implica negar a utilidade das políticas assistenciais. Convém explicitar que, as políticas sociais básicas – educação, saúde e moradia – podem confluir para objetivos e políticas de transformação do atraso, por sua vez ligadas à transformação produtiva. Observe-se que já existem, na prática, exemplos de uma aplicação ampla e simultânea desses três tipos de políticas – assistenciais, sociais básicas e de transformação do atraso. Entre eles se destaca o das políticas implementadas no caso brasileiro. O documento de Faria *et al*. (2000) as explicita e resume.

então, que esse exercício seja portador das principais fontes de um florescimento da cultura popular que vem tornando-se mais e mais visível na América Latina e que em muitos casos surpreende por sua amplitude e dinamismo.[7]

Não é dado, pois, pensar que as bases de um florescer cultural possível tenham vindo se acumulando? Não é dado conceber que essa possibilidade, ainda travada, se expressa como sintoma e como símbolo no renovado enriquecimento da cultura popular? Por outro lado, por que o enriquecimento desta há de ser visto como expressão de uma mudança em gestação, em tempos de enorme penetração estrangeira nos diferentes âmbitos da cultura não material? A complexidade do tema não impede intuir uma resposta, certamente tentativa e preliminar. Poder-se-ia argumentar que é na cultura popular em que mais se conservam e voltam a tornar-se presentes as raízes profundas de sucessivas culturas, cujos sucessivos desenvolvimentos acabaram sendo limitados ou interrompidos. Também poder-se-ia pensar que essas travas se deram ao longo de uma dinâmica na qual, não obstante, estiveram presentes a complexização e o enriquecimento de distintas esferas e aspectos da cultura como um todo.

Essa longa história de desenvolvimentos culturais frustrados possui na América Latina uma especificidade que há de se explicitar e enfatizar: ela vai se produzindo em paralelo e em estreita conexão com um processo de forte mestiçagem inter-racial.[8]

Esse processo é indissociável da evolução da cultura popular. Daí que essa evolução – ou melhor, a renovada riqueza das culturas populares em distintas regiões da área – possa se associar à reemergência de traços culturais cuja profundidade se relaciona, justamente, com o profundo emaranhado indígena e afroamericano destes; e também a sua interação com sucessivas penetrações culturais de origem europeia e, muito especialmente, de origem ibérica.

Nas origens dessa dupla mistura de culturas e de raças se acham presentes fortes atos de violência, a partir dos quais se produz uma aguda diferenciação social, seja pela via da escravidão, seja pela emergência de regimes que, com algumas variações regionais, evocam certos traços característicos das *relações de servidão*.

Na esteira dessa origem, ao longo do tempo, a acentuada diferenciação social originária vai alterando seus perfis uma e outra vez, e configurando com isso a especificidade latino-americana já mencionada: a aptidão para abrir caminho e renovar uma mistura de culturas decisivamente associada a uma mistura de raças.

---

7. É claro que as fontes desse florescimento podem se relacionar não apenas ao subemprego no sentido estrito, mas a um leque muito mais amplo de *camadas técnicas* com níveis de produtividade relativamente reduzidos.

8. Com relação a isso, são pertinentes estas afirmações: "Éramos sociedades-fábricas nas quais se gastavam homens para produzir açúcar, ouro ou café. Contra os desígnios do colonizador, inesperadamente, o sistema destinado a produzir mercadorias, e por meio delas riquezas e lucros exportáveis, terminou produzindo uma humanidade de gente mestiça que nascia nas fazendas e minas, mas que um dia começou a se organizar em nações que procuravam definir suas próprias culturas" (RIBEIRO, 1979, p. 36).

Nos dias atuais, os graus de amplitude e complexidade que ambas as misturas chegaram a alcançar sugerem que tal especificidade bem pode ser portadora de significados e conteúdos éticos de importância decisiva. A expressão mais direta destes parece consistir na aceitação crescente da igualdade racial como valor – e a de seu oposto: a discriminação racial como antivalor. Por outro lado, aquela aceitação tem em seu fundo a igualdade dos seres humanos em sua condição como tais,[9] própria dos marcos éticos de velha e renovada presença, enquanto constitutivos das religiões superiores e, ademais, das formas pelas quais estas se difundiram secularmente em toda a área.

Tal postura igualitária e sua difusão cada vez mais ampla, pode ser vista como o ressurgimento do princípio ético sintetizado pela expressão *amor ao próximo* e equivalentes, sustento básico de condutas morais nos relacionamentos humanos, complementado pelo princípio da *não violência*, no exercício desses relacionamentos.

Essas linhas argumentam que a reafirmação de princípios éticos fundamentais, como os apontados, pode se constituir em força primordial para o destravamento da criatividade, ou até para induzir uma eclosão de criatividade mancomunada nos distintos âmbitos da cultura, habilitando o impulso continuado ao desenvolvimento de uma identidade cultural própria.[10]

Do anterior procede que a riqueza nutrida pelas misturas mencionadas no âmbito da cultura popular bem pode ser percebida como expressão e símbolo de *um longo amanhecer*:[11] como as primeiras luzes que começam a torná-lo perceptível.

---

9. Em documentos recentes de organismos internacionais – por exemplo, Cepal (2000) – se assinala que os direitos civis, os direitos políticos e os chamados direitos econômicos, sociais e culturais (DESC) são componentes de um conteúdo ético, também relacionado com a igualdade, que se reconhece como imprescindível em todo o processo de desenvolvimento. Esse reconhecimento, sem dúvida positivo, deixa, contudo, aberta a questão de qual conjunto de valores básicos pode dar sustentação a condutas capazes de induzir o fortalecimento da identidade cultural própria. As breves considerações do presente item se destinam a destacar o papel virtual, nesse fortalecimento, da emergência e da difusão de valores relacionados com a mestiçagem, em que esta passa a ser vista e apreciada como expressão – e não como negação – da igualdade essencial que oferece por si mesma a condição humana.

10. Embora referidos à America Latina e a sua virtual importância para o seu desenvolvimento, os princípios recém-mencionados se configuram como compatíveis com os que têm sido estabelecidos, na busca de uma ética mundial. Tal busca possui um âmbito particularmente destacável *no Parlamento das Religiões do Mundo*, cujas três últimas reuniões datam de 1993 (Chicago), 1999 (África do Sul) e 2004 (Barcelona). A *Declaração de uma ética mundial*, proveniente da primeira, se encontra em obra editada por Küng (2002, p. 25-44) com apoio da *Associação Unesco para o diálogo interreligioso*. Cabe ressaltar que essa obra contém artigos de múltiplos autores, elaborados desde as perspectivas do judaísmo, do cristianismo, do islã e das religiões orientais e indicativos da possibilidade de acessar a princípios éticos comuns. Diversos trabalhos de autores latino-americanos também abordam essa temática, entre eles: *Ética de la liberación en la edad de la globalización y de la exclusión* de Dussel (1998) e *Ética planetaria desde el gran Sur* de Boff (2001). A preocupação por definir e estender uma ética comum se encontra na base de outras duas, que tem aflorado no âmbito das Nações Unidas. Uma se expressa no frequente chamado a combater a pobreza com urgência e decisão; outra concerne à busca de uma *Aliança de civilizações*, transformada em proposta explícita no 59º período de sessões de sua Assembleia-Geral, em claro contraste com *O choque de civilizações* a que se refere a obra de Huntington (1997) que leva esse título.

11. Esta expressão replica o título de um livro recente de Furtado (1999a).

5 DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Como se sabe, a globalização implica a colocação em prática do ideário neoliberal, que propugna a liberalização do comércio, do agir das empresas transnacionais e das transações financeiras internacionais. Junto a isso, os princípios neoliberais induzem a assumir opções privatizadoras das empresas públicas e a minimizar a intervenção estatal, desregulando a operação dos mercados.

Desde os anos 1980, a prevalência dessas ideias na condução das economias da área, embora diferenciada e com defasagens temporais, se configura como crescente. Ao que tudo indica, as crises derivadas desse tipo genérico de condução tem inspirado novas visões dos processos de desenvolvimento e, junto a isso, novas posturas estratégicas motrizes de *projetos nacionais* de desenvolvimento.

Quanto aos conteúdos fundamentais destes – e sintetizando as considerações anteriores – devem ser distinguidos três aspectos. O primeiro, que concerne ao âmbito econômico (tratado na seção 2) se expressa no caráter necessariamente autocentrado das estratégias a desenhar e a implementar. O segundo, que se inscreve no âmbito sociopolítico (objeto da seção 3), leva a reconhecer como imprescindível formar uma *nova aliança*, concebida como a força essencial que se requer para dar início e continuidade a tais estratégias. O terceiro, aponta à consecução de uma reafirmação ética, isto é, o reforço de certas ideias e valores inscritos na cultura não material (mencionados na seção 4), por sua vez, germes de capacidades e atitudes criativas, indutoras fundamentais da reemergência de uma identidade cultural própria.

1. O *caráter autocentrado* que necessariamente há de ter o desenvolvimento das economias periféricas – e/ou as estratégias destinadas a consegui-lo – se relaciona como o que bem pode ser considerado o próprio cerne da "questão nacional", a saber, a propriedade dos ativos radicados nessas economias. Existe nesta matéria um forte contraste de pontos de vista com os das abordagens de cunho neoliberal. Segundo se argumenta, o reiterado desequilíbrio externo, proveniente da disparidade tecnológica entre centro e periferia que incide em suas relações comerciais, e ademais, dos efeitos negativos da liberalização financeira sobre o balanço de pagamentos, transformam em inviável o aumento irrestrito da propriedade estrangeira daqueles ativos – tanto direta como com a que se expressa de forma indireta pela via do endividamento externo. Contrariamente, a viabilidade do desenvolvimento periférico passa pelo cuidado de que a propriedade nacional global (direta e indireta) se torne crescente.

Esse requisito é complementar de outro, presente em seu fundo: além da necessidade de considerá-lo desde este ângulo da propriedade dos ativos, e sem desconhecer que requeira um esforço exportador para a superação do risco

externo, um desenvolvimento nacional não dispensa o estabelecimento do aumento sustentado do mercado interno. A possibilidade de obter esse aumento passa pela resolução dos problemas ocupacionais, em parte pela consecução de altos níveis de emprego formal, mas, sobretudo mediante a reabsorção do subemprego. Por ser um problema de difícil solução, essa reabsorção esconde a possibilidade de favorecer, e ainda mais, de potencializar o desenvolvimento, enquanto o seu pleno aproveitamento produtivo envolve a geração de excedentes e, em paralelo, a necessária ampliação do mercado interno. As novas teorias do progresso técnico são, muitas vezes, incompletas nas abordagens do desenvolvimento de cunho neoliberal. Tratadas com cuidado, elas sugerem a implementação de políticas tecnoprodutivas cuidadosamente diagramadas, especialmente a inscrição destas em um esforço público dirigido para a formação e o desenvolvimento dos chamados Sistemas Nacionais de Inovação.

Esse esforço, e não o simplismo de uma suposta *autonomização tecnológica*, que leve espontaneamente a superar a tecnologia de alguns ramos dos centros, é o que na verdade se configura como condutor para alcançar os fortes requisitos de progresso técnico continuado e interno que o *desenvolvimento nacional* pressupõe.

2. A recente crise se manifestou na diminuição dos graus de autonomia dos Estados da região. A fonte mais direta dessa diminuição se encontra na dependência que suas decisões passaram a ter dos organismos internacionais, em parte por causa dos rígidos marcos regulatórios que amparam as disposições tomadas por estes últimos, mas sobretudo por níveis de endividamento que acompanharam a crise anteriormente mencionada, submetendo múltiplas decisões de política interna aos critérios e desígnios de tais organismos.

No entanto, importa destacar que a limitação do exercício dos poderes públicos, por forças estrangeiras, anda de mãos dadas com uma mudança das bases de sustentação do Estado. Na verdade, tende a se produzir um esvaziamento dessas bases, enquanto as classes e os grupos que as formavam sofrem fortes perdas em matéria de capacidade de incidência em decisões relevantes, passando a desempenhar um papel substancialmente lateral e secundário.

Entende-se, então, que a questão da autonomia do Estado, decisiva para o rol que lhe corresponde no impulso coordenado ao desenvolvimento em seus distintos âmbitos – econômico, social, político e cultural – passa por caminhos que sofreram alterações consideráveis. Já não se trata de indagar como e até quando certos atores relevantes no passado – por exemplo, as empresas transnacionais e as grandes empresas nacionais, privadas e públicas – podem seguir coordenando interesses, de modo a promover a expansão produtiva e sua continuidade. Atualmente, o grande esvaziamento das bases internas do poder político exige – retomando a terminologia de Fajnzylber –

conceber e promover uma *nova aliança*, inclusiva de grupos de interesses internos, e particularmente das grandes maiorias. Uns e outros se configuram como necessários para ampliar os conteúdos da democracia e, junto a isso, para consolidar a autonomização do Estado, devolvendo-lhe aptidões imprescindíveis na condução de um processo de desenvolvimento de fundamentos nacionais, que se configuram como os únicos possíveis. Além disso, a *nova aliança* e a autonomização do Estado não excluem, mas pressupõe, a preservação e/ou o retorno da propriedade pública de ativos e empresas relevantes por seu papel na geração de economias externas tecnológicas, mas sobretudo por seu virtual significado para a própria formação do poder político.

Os empenhos por aprofundar a integração sulamericana – entre os quais se destacam os conectados com a formação da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) (1980), do Mercosul (1991) e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) (2009), sofrem a impulsão dos limites impostos ao desenvolvimento da região pelas crises dos anos 1980 e 1990. Efeito especial possuem essas crises mais recentes. As dificuldades que renovam induzem um movimento internacional e diplomático, apontando a ampliar a integração ao conjunto da América Latina e do Caribe.[12]

3. Assim, e em síntese, como elementos concretos de uma geopolítica adequada, tem sido propugnada a ampliação dos esforços integradores aos países sulamericanos e, ademais, ao conjunto dos países da América Latina. Entretanto, é relevante assinalar que este *desideratum* não implica a negação da conveniência de incentivar o desenvolvimento de identidades culturais próprias e de considerá-las – em concordância com Furtado – força mobilizadora principal do desenvolvimento, enquanto as ideias e valores presentes nelas se configuram como indutoras e impulsoras do agir positivo de uma *nova aliança*.

Nesse sentido, cabe insistir na possibilidade aberta à América Latina para a virtual aceitação da igualdade racial como valor fundamental, que implica a colocação em prática de critérios de *apreciação do outro* e de *convivência solidária*, próprios de marcos éticos de velha e ampla aceitação, enquanto presentes nas religiões superiores e, ademais, nas formas em que elas se difundiram secularmente em toda a área. Tal *reafirmação ética* bem pode se configurar como decisiva para uma possível emergência de variados processos de *desenvolvimento cultural*, nos quais esses aspectos essenciais e reiterados de culturas pretéritas aflorem como forças básicas de impulsão.[13]

---

12. Na obra *A integración sul-americana*, o chanceler Amorim (2009) examina muito detidamente suas origens e seu processo. Também revela que já se encontra em andamento um decidido esforço diplomático para ampliá-la a América Latina e o Caribe como um todo.

13. A postura implícita nestas últimas afirmações se perfila com uma resposta à seguinte pergunta, entremeada de colocações de Boff (1982, p. 33): "(...) Sob a hegemonia de qual dimensão [ou de qual valor] se estruturam os elementos [necessários para] criar uma nova unidade cultural?"

Além disso, admitir o fortalecimento e desenvolvimento de identidades culturais diferenciadas em cada *desenvolvimento nacional* não implica negar nem desconhecer que a integração, e seu aprofundamento em distintos âmbitos da cultura não material, especialmente em seus conteúdos éticos, poderia contribuir a que tais identidades se fortaleçam reciprocamente, induzindo talvez, em um despertar conjunto, uma alta e renovada expressão do ideal bolivariano.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Celso. A integración sul-americana. **Revista Diplomacia, estratégia e Política (DEP)**. Projecto Raúl Prebisch y Ministerio de Relaciones Exteriores, Brasília, n. 10, oct./dic. 2009.

ARIAS, Gonzalo. **Proyecto político de la no-violencia**. Madrid: Nueva Utopía, 1995.

BANCO MUNDIAL. **Informe sobre el desarrollo mundial**. El Estado en un mundo en transformación. Washington, DC, 1997.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Celso Furtado e o pensamento econômico latino-americano. *In*: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Marcio (Org.). **A grande esperança em Celso Furtado**: ensaios em homenagem aos seus 80 años. São Paulo: Editora 34, 2001.

BOFF, Leonardo. **San Francisco de Asis**: ternura y vigor. Santander: Sal Terrae, 1982.

_____. **Ética planetaria desde el gran Sur**. Madrid: Trotta, 2001.

BURGUEÑO, Oscar; RODRÍGUEZ, Octavio. Desenvolvimento e cultura. *In*: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Marcio (Org.). **A grande esperança em Celso Furtado**: ensaios em homenagem aos seus 80 años. São Paulo: Editora 34, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. México: Século XXI, 1969, p. 29.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **América Latina y el Caribe**: políticas para mejorar la inserción en la economía mundial. Santiago de Chile, 1995, LC/G.1800/Rev.1-P.

_____. **Equidad, desarrollo y ciudadanía**. Santiago de Chile, 2000, LC/G.2071/Rev.1-P.

_____. **Transformación productiva con equidad**. Santiago de Chile, 1990, LC/G.1601-P.

DUSSEL, Enrique. **Ética comunitaria**. Madrid: Paulinos, 1986.

_____. **Ética de la liberación en la edad de la globalización y de la exclusión**. México: UAM.I-UNAM, 1998.

EVANS, Peter. El Estado como problema y como solución. **Desarrollo Económico**, n. 140,1996.

FARIA, Vilmar *et al*. **Preparando o Brasil para o século XXI**. Brasília: Presidência da República, 2000.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. **Macroeconomía para el crecimiento y globalización financiera**: cuatro puntos estratégicos. Santiago de Chile: Cepal, 2004.

FORCANO, Benjamin. **¿Por qué el terrorismo?** Madrid: Nueva Utopía, 2004.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Dialéctica del desarrollo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1965.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Creatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**, n.1, 1992.

_____. **O longo amanhecer**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999a.

_____. **El capitalismo global**. México: Fundación de Cultura Económica, 1999b.

_____. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Em busca de novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GARAUDY, Roger. **Diálogo de civilizaciones**. Madrid: Cuadernos para el Diálogo, 1977.

HUNTINGTON, Samuel. **El choque de civilizaciones**. Madrid: Paidos, 1997.

KÜNG, Hans. **Proyecto de una ética mundial**. Madrid: Trotta, 2003.

KÜNG, Hans (Ed.). **Declaración de una ética mundial**. Madrid: Trotta, 2002.

LESSA, Carlos. **Formação do Brasil**. Notas de clase dictadas en el Instituto de Economía de la Universidad Federal de Río de Janeiro. Primeras versiones: 1998 y 1999.

OCAMPO, José Antônio. Raúl Prebisch y la agenda del desarrollo en los albores del siglo XXI. **Revista de la Cepal**, n. 75, dic. 2001.

_____. **Structural dynamics and economic growth in developing countries**. Cepal, 2003. Mimeografado.

RIBEIRO, Darcy. **Ensaios insólitos**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1979.

RODRÍGUEZ, Octavio. Heterogeneidad estructural y empleo. **Revista de la Cepal**, número especial, oct. 1998.

_____. Prebisch: actualidad de sus ideas básicas. **Revista de la Cepal**, n. 75, dic. 2001.

_____. **O estruturalismo latino-americano**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009.

ROUBINI, Nouriel. Financial Crises, Financial Stability, and Reform: Supervision and Regulation of Financial Systems. World of Financial Globalization. **The Financial Development Report,** 2008, Chapter 1.3.

TAMAYO, Juan José. **Fundamentalismos y diálogo entre religiones**. Madrid: Trotta, 2004.